

MARIA MARGARIDA CORRÊA DE AGUIAR

Foi Secretária de Estado da Segurança Social do XV Governo Constitucional, Administradora da Brisa – Auto-Estradas de Portugal S.A., Administradora da Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos, Administradora Delegada da Sociedade Gestora do Fundo de Pensões do Banco de Portugal, desempenhou cargos institucionais no Sector das Pensões e no Mercado de Capitais e funções directivas em bancos – Banco Manufactures Hanover/Banco Chemical e Banco de Comércio e Indústria. É licenciada em Gestão de Empresas pela Universidade Livre, tem formação complementar em Alta Direcção pela AESE, Sistemas e Tecnologias da Informação pela Universidade Católica de Lisboa e formação profissional em Gestão de Riscos Financeiros em escolas e instituições financeiras internacionais que recebeu quando trabalhou no sector bancário. Tem formação complementar em Filosofia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. Escreve em publicações técnicas e especializadas sobre segurança social e economia social e participa em iniciativas que visam o debate e o estudo sobre estes temas. Colabora com várias escolas, ordens profissionais e instituições nos domínios da segurança social e da economia social. Faz voluntariado de gestão e desempenha funções de gestão e consultivas em várias instituições sociais não lucrativas. É Directora da Revista Economia e Segurança Social. É Directora do Banco de Portugal, actualmente em funções de Consultora do Conselho de Administração.



bnomics



Há hoje uma percepção clara de que os sistemas públicos de pensões estão em risco: os actuais pensionistas vivem na certeza da instabilidade dos rendimentos da reforma e as gerações mais novas deixaram de confiar no Estado, sentindo que o seu esforço contributivo não será recompensado. Instalou-se um novo olhar social sobre as pensões que deve ser visto como um alerta. O sinal é de que é preciso fazer alguma coisa diferente. A quebra de confiança nos sistemas públicos de pensões é um assunto muito grave, não apenas porque a sociedade deve honrar os compromissos assumidos para com os seus pensionistas, como tem obrigação de atender às gerações futuras, fornecendo-lhes um horizonte realista e viável. É por isso importante encontrar um novo compromisso, capaz de fazer a ponte entre o passado e o futuro, capaz de reconciliar todas as gerações em presença. Um tal compromisso implica uma nova abordagem que quebre o ciclo vicioso do ora “está tudo bem” ora “está tudo mal”. Com efeito, é um caminho que está esgotado, com maus resultados económicos e sociais, que se revelará progressivamente insustentável de um ponto de vista político. Exige que se pense em termos geracionais que vai muito para além dos ciclos eleitorais. Mas a necessidade de repensarmos o sistema de pensões não se reduz à dimensão financeira. Um sistema de pensões deve assegurar a equidade intergeracional

e a adequação da pensão na reforma. A confiança nos sistemas públicos de pensões e a sua estabilidade e previsibilidade são valores fundamentais para reforçar outras reformas e medidas, facilitar a recuperação económica e contribuir para melhorar a sustentabilidade das finanças públicas. Os efeitos macroeconómicos constituem, também, preocupações que devem ser atendidas no desenho de um sistema de pensões. Entre estas destacam-se a competitividade, a poupança de longo prazo e a acumulação do capital humano. Uma nota especial para o capital humano pela sua importância na competitividade. É necessário atrair e fixar trabalhadores qualificados. Um sistema de pensões não deve ser um obstáculo à concretização deste objectivo.

O funcionamento de um sistema de pensões necessita de ser suportado num modelo de boa governança que dê uma resposta positiva às questões da transparência, da capacidade técnica, da qualidade da decisão política e do escrutínio público activo. Uma reforma institucional da governança das pensões é, portanto, fundamental para melhorar a qualidade das políticas públicas de pensões e para instituir uma base sólida de escrutínio público pelas instituições e sociedade civil. Mas necessita de assentar, também, num modelo de comunicação eficiente.

PENSÕES

MARIA MARGARIDA CORRÊA DE AGUIAR

bnomics

MARIA MARGARIDA CORRÊA DE AGUIAR

PENSÕES

**SEREMOS
CAPAZES DE CRIAR
UM SISTEMA
QUE OFEREÇA
CONFIANÇA
AOS CIDADÃOS
E QUE SEJA AMIGO
DA ECONOMIA?**

**RESTAURAR O CONTRATO SOCIAL
PARA RECONCILIAR AS GERAÇÕES**

**O QUE DEVEMOS FAZER
OS PROBLEMAS E AS CAUSAS
HÁ SOLUÇÕES E HÁ TAMBÉM UM SENTIDO DE URGÊNCIA!**

bnomics



“O leitor encontra nesta valiosa obra, elaborada com absoluta seriedade intelectual, uma informada síntese da história recente do sistema de pensões no nosso país e uma ousada proposta de reforma estrutural do mesmo. Proposta essa, que também eu considero, tal como a Autora - com quem tenho tido, aliás, o privilégio de discutir estes temas há alguns anos (e também com Carlos Pereira da Silva e Jorge Bravo), numa cumplicidade intelectual que muito me honra -, ser a melhor alternativa de evolução para garantir a coesão intergeracional da nossa sociedade. A viabilidade técnica da capitalização virtual está hoje bem demonstrada pela experiência sueca de reforma do sistema das pensões. A viabilidade política de tal reforma em Portugal levanta-me as maiores dúvidas. Não creio que o medíocre clima de debate político que tem caracterizado a nossa democracia viabilize os consensos alargados entre agentes políticos e sociais que são requisito essencial da reforma”.

FRANCISCO RIBEIRO MENDES, in Prefácio

“Conforme a Autora sublinha largamente é essencial restabelecer o contrato social e a credibilidade do sistema de pensões, fortemente comprometido com as medidas de cortes de despesa visando especificamente o sistema de pensões tomadas durante o Programa de Ajustamento. Estes cortes, acompanhados de impostos que visavam também especificamente os pensionistas, visavam apenas a redução do défice orçamental, sem ter em conta a quebra de credibilidade e do contrato social implícito num regime de segurança social. Se fossem medidas transversais a toda a economia e enquadradas num programa estruturado de redução do défice seria mais compreensível. A única via para a elaboração desta reforma que este livro defende como essencial para o futuro do País é ou a constituição de uma comissão de peritos - pois estes assuntos são demasiado técnicos para serem deixados a amadores - tri-partidária como se fez nos EUA, ou independente como se fez recentemente em Espanha.”

ABEL MATEUS, in Posfácio